



1 Às nove horas do dia quinze de fevereiro de dois mil e dezoito, na sede do Tribunal de Contas dos
2 Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes",
3 sob a Presidência do Conselheiro **DANIEL LAVAREDA**; presentes os Conselheiros, **ALOSIO**
4 **CHAVES, MARA LÚCIA, CEZAR COLARES, ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES E SÉRGIO LEÃO**;
5 e o Conselheiro Substituto **SÉRGIO DANTAS**, nos termos da Resolução Administrativa nº
6 007/2017. Ausência justificada do Conselheiro, **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presença da
7 Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **ELISABETH**
8 **SALAME DA SILVA** reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do
9 Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno
10 desta Corte. Convocada a Conselheira Substituta, **ADRIANA OLIVEIRA**, para composição de
11 quorum, nos termos da alínea "c", do inciso III, do Artigo 72 do Regimento Interno desta Corte.
12 Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo*
13 *quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que*
14 *possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Em sequência, apresentada a **PAUTA DE**
15 **JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº 201308357-**
16 **00; Prefeitura Municipal de Paragominas; Contrato de 2013 VOTO VISTA - Contratos**
17 **Temporários de Pessoal; Interessado: Paulo Pombo Tocantins – Prefeito Ministério Público;**
18 **Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho - Pedido de**
19 **Vista na Sessão do dia 22.05.2014 – Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 258 de**
20 **09/02/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Aloisio Chaves apresentou seu
21 **Voto Vista:** "*A prestação de contas de gestão da Prefeitura Municipal de Paragominas, referente ao*
22 *exercício de 2013, onde encontram-se incorridas as despesas decorrentes das presentes contratações,*
23 *foram consideradas regulares pelo Acórdão n.º 28.984/2016. Em defesa foi justificado pelo Ordenador, que*
24 *as contratações temporárias foram motivadas pela necessidade de efetivação de Programas do Governo*
25 *Federal, com vigência de curta duração, face a existência de Concurso Público n.º 02/2012, em fase de*
26 *conclusão, onde foi comprovado, que não houve renovação dos pactos após a vigência expirada, bem*
27 *como, que o Município cumpriu o previsto na Lei Orgânica e Regimento Interno do TCM, ao remeter os*
28 *correspondentes contratos temporários para registro nesta Corte. Diante deste exposto; Determino, o*
29 *arquivamento deste processo, vez que a matéria nele tratada, já foi objeto de decisão nos autos da*
30 *prestação de contas*". A matéria foi colocada **em discussão:** Diante de fato novo apontado pelo
31 Conselheiro Aloisio Chaves, o Conselheiro Presidente, Daniel Lavareda, solicitou que a
32 Procuradora Elisabeth Salame da Silva proferisse sua manifestação acerca do tema, ocasião em
33 que assim o fez: "*Excelência, se na prestação já foi julgado [contrato] e considerado regular, nós não*
34 *temos mais nada a nos manifestar, vamos manter a posição do Conselheiro, opinando pelo arquivamento*
35 *do mesmo. Sem objeto na verdade, o julgamento*". Em seguida, o Conselheiro Daniel Lavareda,
36 consultou a Conselheira Relatora diante do fato novo apontado, e a mesma utilizou da palavra
37 para: "*Eu queria só fazer a minha consideração com referência ao que tanto o Conselheiro, quanto a*
38 *Procuradora, que perdeu o objeto, uma vez que na prestação de contas já foi analisado e aprovado, com o*
39 *saneamento dessas questões, dessas falhas*". A matéria foi colocada **em discussão novamente.**
40 **Em votação:** Na Sessão Plenária do dia 22.05.2014, os Conselheiros Daniel Lavareda, Cezar



Colares, Antônio José Guimarães e Sérgio Leão, decidiram por aguardar a manifestação do Voto de Vista. Na presente Sessão, os Conselheiros Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Cezar Colares, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, acompanharam o Voto de Vista do Conselheiro Aloisio Chaves. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário **à unanimidade**, decidiu pela extinção do julgamento de mérito, diante da perda do objeto, uma vez que o processo principal fora julgado, englobando o presente processo. No mais, decidiu ainda pelo seu arquivamento (Resolução nº13.684). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201308360-00; Prefeitura Municipal de Paragominas; Contrato de 2013; Voto Vista - Contratos Temporários firmados pela Prefeitura Municipal de Paragominas com Kátia Regina Martins Cavalcante e outros; Interessado: Paulo Pombo Tocantins – Prefeito Ministério Público; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho - Pedido de Vista na Sessão do dia 01.04.2014 – Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 258 de 09/02/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Aloisio Chaves apresentou seu **Voto Vista:** *"As irregularidades pertinentes aos contratos temporários, ora firmados, foram todas superadas nos autos da prestação de contas de gestão da Prefeitura Municipal de Paragominas, referente ao exercício de 2013, consideradas regulares pelo Acórdão n.º 28.984/2016, quando em defesa foi justificado que as citadas contratações foram motivadas pela necessidade de efetivação de Programas do Governo Federal, com vigência de curta duração, face a existência de Concurso Público n.º 02/2012, em fase de conclusão, onde foi comprovado, que não houve renovação dos pactos após a vigência expirada, bem como, que o Município cumpriu o previsto na Lei Orgânica e Regimento Interno do TCM, ao remeter os correspondentes contratos temporários para registro nesta Corte. Ante este exposto; Determino, o arquivamento deste processo, vez que a matéria nele tratada, já foi objeto de saneamento nos autos da prestação de contas."* A matéria foi colocada **em discussão:** Diante de fato novo apontado pelo Conselheiro Aloisio Chaves, o Conselheiro Presidente, Daniel Lavareda, solicitou que a Procuradora Elisabeth Salame da Silva proferisse sua manifestação acerca do tema, ocasião em que assim o fez: *"Excelência, se na prestação já foi julgado [contrato] e considerado regular, nós não temos mais nada a nos manifestar, vamos manter a posição do Conselheiro, opinando pelo arquivamento do mesmo. Sem objeto na verdade, o julgamento"*. Em seguida, o Conselheiro Daniel Lavareda, consultou a Conselheira Relatora diante do fato novo apontado, e a mesma utilizou da palavra para: *"Eu queria só fazer a minha consideração com referência ao que tanto o Conselheiro, quanto a Procuradora, que perdeu o objeto, uma vez que na prestação de contas já foi analisado e aprovado, com o saneamento dessas questões, dessas falhas"*. A matéria foi colocada **em discussão novamente.** **Em votação:** Na Sessão Plenária do dia 22.05.2014, os Conselheiros Daniel Lavareda, Cezar Colares, Antônio José Guimarães e Sérgio Leão, decidiram por aguardar a manifestação do Voto Vista. Na presente Sessão, os Conselheiros Daniel Lavareda, Cezar Colares, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário **à unanimidade**, decidiu pela extinção do julgamento de mérito, diante da perda do objeto, uma vez que o processo principal fora julgado, englobando o presente processo. No mais, decidiu ainda pelo seu arquivamento (Resolução nº13.685). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 200907213-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município - IPAMB de**



81 **Belém; Pensão de 2009;** VOTO VISTA - Portaria n.º 0394/2009, que concede pensão a Sra.
82 Nadir Coelho Rodrigues; Interessado: Oséas Silva Júnior – Presidente; Ministério Público:
83 Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho - Pedido de
84 Vista na Sessão do dia 03.02.2011 – Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 258 de**
85 **09/02/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Aloisio Chaves apresentou seu
86 **Voto Vista:** “Logo, tratando-se de “Abono”, não vejo qualquer possibilidade de incorporação dos valores
87 em questão aos proventos de pensão; e Por entender que a pensão foi concedida em observância as
88 normas legais e constitucionais que regem a matéria; VOTO pelo registro da Portaria n.º 0394, de
89 01/07/2009, fls. 36, que concede pensão por morte, a Sra. Nadir Coelho Rodrigues, companheira do
90 servidor Osvaldo Ceciliano da Costa Ramos, falecido em 10/02/2009, com os proventos nela discriminados”.
91 Em seguida, o Conselheiro Presidente, Daniel Lavareda, solicitou que a Procuradora Elisabeth
92 Salame da Silva proferisse sua manifestação acerca do tema, ocasião em que assim o fez: “Na
93 época eu me manifestei pela exclusão do Abono. Mas meu entendimento sempre foi o seguinte: se o
94 Abono foi incluído desconto do Instituto de Previdência, eu entendo que deve ser incorporado. Embora
95 aqui, eu digo que Abono não deve perdurar por mais de dez anos, e aqui já estava, foi no ano 2000, e ele
96 faleceu no ano de 2009. Eu entendo que deve ser incorporado porque...”. Em seguida, o Conselheiro
97 Daniel Lavareda, perguntou à Procuradora Elisabeth Salame da Silva se a mesma reificaria o
98 parecer outrora proferido, e no mérito acompanharia a Conselheira Relatora pelo registro do ato.
99 Em resposta, a Procuradora Elisabeth Salame da Silva, afirmou que retifica o seu parecer
100 proferido na Sessão Plenária do dia 03.02.2011, e manifestou-se pelo registro do ato, com a
101 incorporação do Abono. A matéria foi colocada **em discussão:** A Conselheira Mara Lúcia solicitou
102 a palavra para: “Como alguns Conselheiros estão tomando conhecimento da matéria pela primeira vez,
103 para expor seu voto, eu gostaria de fazer algumas consideração com relação ao meu voto. Esse processo,
104 referente a Pensão, teve uma diligência a partir de um julgamento em cinco de dezembro de 2009, que
105 culminou na conversão em diligência, para que o Instituto de Previdência esclarecesse qual a natureza
106 dessa parcela denominada Abono, no valor de R\$ 33,60 (trinta e três reais e sessenta centavos), que
107 integrava a remuneração do servidor falecido, e que foi subtraída do provento, a quando da concessão da
108 pensão. O Instituto esclareceu que o Abono, objeto da presente análise foi concedido aos servidores
109 públicos municipais da administração direta e indireta autárquica e fundacional, a partir de 2000, através
110 de um Decreto (Decreto Municipal n.º 36.748, de 23/05/2000), oriundo de um acordo coletivo celebrado
111 entre a Prefeitura Municipal de Belém e os Sindicatos representantes dos servidores públicos municipais, e
112 que sendo o abono uma parcela temporária, não integrava a remuneração do cargo efetivo, e uma vez
113 incabida a incidência de contribuição previdenciária sob a mesma. O Ministério Público àquela época
114 manteve o parecer reafirmando nossa manifestação pelo registro do ato, cujos valores deverão ser
115 posteriormente corrigidos. Isso está no meu Relatório ainda, só para situar Vossas Excelências. No meu
116 voto, eu entendi que deveria ser agregado ao valor da pensão em análise. O de cujos recebeu há mais de
117 seis anos, que apesar dessa nomenclatura como Abono não há como considerá-la transitória ou
118 temporária, entendendo também com respaldo na Constituição Federal com relação a totalidade desses
119 vencimentos quando o servidor é falecido, ou seja, a inclusão de tudo que abarca aquele cálculo, em vista
120 o que diz o Art. 40, § 7, incisos I e II, da Constituição Federal. E me respaldei também em decisões que
121 aqui trago, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – eu vou só falar a ementa, eu que interessa no caso.
122 Correspondência a totalidade dos vencimentos do servidor falecido civil e na ativa estivesse, com relação



123 ao Artigo que se tem da Constituição falando-se da alta aplicabilidade da inclusão das vantagens
124 temporárias incorporáveis. Quando a gratificação for extensiva a todos os servidores em atividade
125 independentemente da natureza função exercida, ou do local onde o serviço é prestado, deve ser
126 incorporada no benefício da pensão por morte. Depois eu trouxe também outra decisão do STF, que fala da
127 pensão: 'A pensão devida aos dependentes do servidor falecido, há de se refletir o que este se recebia em
128 atividade'. Essas decisões demonstradas se amoldam à espécie, ou seja, a vantagem remuneratória de
129 caráter extensivo e habitual, que caso estivesse vivo o servidor estaria recebendo. Ainda corroborando, eu
130 citei o aresto do TJ/PA, voto da ilustre Desembargadora Luzia Nadja Guimarães, onde trata-se: 'Abono
131 salarial, direito previdenciário: caráter genérico, extensão aos pensionistas – Princípio da Isonomia'. E onde
132 ele explicita isso com relação a outros decretos, assim como nesse caso. Considerando o teor dos Decretos
133 Estaduais nº 2.219/97 e 2.836/98, o abono salarial nada mais é 'do que uma gratificação concedida aos
134 trabalhadores, isto é, uma vantagem pecuniária. Assim, tendo ele um caráter genérico haja vista ter sido
135 concedido a toda uma categoria, e não estando vinculado em cargo específico, por certo deve ser
136 estendido aos inativos e pensionistas'. Por tanto, ela buscou também homenagear o princípio da isonomia.
137 Foi este o meu voto, então naquele momento, propus que recomendasse ao Instituto Previdenciário a
138 inclusão do provento (R\$ 33,60), e recomendando apurar administrativamente o direito da pensionista de
139 receber valores referentes a esse valor, a partir da data que foi excluído do benefício, com correção e
140 atualização. Foi esse o meu voto". Na sequência, o Conselheiro Daniel Lavareda fez uso da palavra
141 para: "Queria apenas esclarecer ao Conselheiro Antonio José Guimarães, que o Art. 32 do RI/TCM/PA –
142 par que fique claro – para que a gente possa depois inclusive firmar posição sobre a matéria. O Art. 32 do
143 RI/TCM/PA diz que: 'Encerrada a discussão, a votação será iniciada com o voto do Relator, seguindo-se
144 com o dos demais Conselheiros, na ordem de antiguidade no Tribunal, não cabendo interrupção, sob
145 qualquer forma de manifestação'; § 1º O Conselheiro, na sua vez de proferir voto, poderá pedir vista dos
146 autos, ficando o respectivo julgamento adiado por duas sessões; § 2º Requerida vista por mais de um
147 Conselheiro, ou Auditor em substituição de Conselheiro, esta será concedida ao primeiro, observada a
148 ordem de votação; § 3º A vista concedida não implica a suspensão da votação, devendo, neste caso, haver
149 manifestação expressa daqueles que desejam votar de imediato e dos que pretendem aguardar o voto de
150 vista para se pronunciarem; § 4º O processo será encaminhado logo depois de encerrada a sessão àquele
151 que tiver requerido vista, devendo ser pautado, preferencialmente, até a segunda sessão ordinária
152 seguinte, sendo-lhe permitido, por deliberação plenária, determinar diligência; § 5º Voltando o processo à
153 pauta, será concedida a palavra àquele que pediu vista para declarar seu voto, reabrindo-se a discussão, e
154 na sequência, votação de eventual preliminar ou prejudicial e do mérito'. Então se reabre a discussão.
155 Proferido o Voto do Conselheiro Aloisio, a matéria está em discussão, e na sequência votação de eventual
156 preliminar. Quando se reabre a discussão, pode haver uma preliminar. Por exemplo..." .Em
157 complementação, o Conselheiro Cezar Colares assim se manifestou: "Foi naquele caso do processo
158 anterior, em que o Conselheiro Aloisio, que na verdade era uma preliminar de que a matéria já tinha sido
159 apreciada". Nestes termos, o Conselheiro Daniel Lavareda, anunciou aos seus pares sua intenção
160 de arguir uma preliminar: "Eu não tenho dúvidas em relação a discussão: se o abono integra ou não
161 integra a pensão? Evidentemente que o posicionamento majoritário do Supremo Tribunal Federal é de que
162 o Abono não integra a pensão. Ocorre que os contornos que foram dados pela Conselheira Mara Lúcia, foi
163 de que esse Abono não seria um Abono, na realidade. Porque Abono de cinco anos não se dá, deixa de se
164 caracterizar um Abono, para na verdade ser uma parcela remuneratória disfarçada. Até aí tudo bem, a
165 questão é outra. A discussão que eu queria levantar é a seguinte: existe uma decisão do Supremo que não



166 *cabe ao Tribunal de Contas solicitar retificações em atos aposentatórios, ou ele defere o registro, ou ele*
167 *indefer o registro. Se Vossa Excelência entende que é parcela, e a minha divergência é com relação a isso.*
168 *Entende que é parcela remuneratória disfarçada, deveria indeferir e não solicitar que haja a inclusão por*
169 *parte do poder público da parcela. O que o Tribunal deve fazer nesse caso, é indeferir o registro, ademais,*
170 *aqui me parece, pelos anos, essa portaria é de 2009, há a questão preclusiva da nossa manifestação,*
171 *porque já existe também a posição do Supremo com relação a isso, de que no decorrer de cinco anos de*
172 *atos aposentatórios não julgados pelo Tribunal, o ato se perfaz na maneira que foi remetida. E me parece*
173 *aqui, que estamos nesse caso, a portaria é de 2009, então ele tem que ser simplesmente homologado pelo*
174 *Tribunal por conta do prazo que se escoou há muito tempo. Então eu entendo que a matéria seria aquele*
175 *caso de perda do objeto, porque já se correu os cinco anos, nós não temos mais nada a se fazer, a não ser*
176 *homologar a portaria do jeito que se encontra".* Em seguida, o Conselheiro Cezar Colares solicitou a
177 palavra para: "Ela foi encaminhada sem o Abono, então a Conselheira Mara Lúcia, sugeriu a diligência, e o
178 Conselheiro Aloisio Chaves vota pelo registro de como ela veio, sem o Abono. Eu queria me manifestar no
179 mérito, acompanhando o Conselheiro Aloisio Chaves, até porque essa matéria, matérias correlatas a essa,
180 já foram discutidas em Plenário, inclusive quanto ao fato de ter ocorrido desconto previdenciário sob
181 parcela que não integra a aposentadoria. Onde no limite, o Tribunal tem recomendado, ou dito que a parte
182 interessada pode pleitear administrativamente ou judicialmente a devolução daquilo que lhe foi descontado
183 indevidamente. Eu acompanho a divergência pelo registro da portaria da forma como foi encaminhada". Na
184 sequência, o Conselheiro Aloisio Chaves solicitou a palavra para: "Eu quero estabelecer que não
185 entrei no mérito no que concerne a possibilidade de ser alterado o Decreto, ou não ser alterado o Decreto
186 aposentatório, de acordo com a decisão do Supremo, porque simplesmente eu estava acompanhando o
187 registro como ele está vindo. Eu não estava pedindo alteração nesse sentido. Então como estou me
188 posicionando de uma maneira tal que engloba a hipótese dessa discussão negativamente. Mas o
189 posicionamento de Vossa Excelência está correto. Há infelizmente decisão do Tribunal quanto a legalidade
190 desses atos aposentatórios. Volto a insistir, noutro dia citei aqui, tem um livro do Luiz Barroso, e lá no livro
191 dele, ele vem dizer claramente isso: não cabe mais alterar, o máximo é dizer a legalidade ou não do ato".
192 Em seguida, o Conselheiro Daniel Lavareda assim se posicionou: "Me chama atenção Conselheiro, no
193 voto da Conselheira Mara Lúcia, ela coloca uma coisa muito apropriada sobre o Abono, ela diz que na
194 verdade não se trata de Abono, então a discussão para mim era a seguinte: se trata ou não de Abono,
195 pouco importa nesse caso, o importante é se nós considerássemos aquilo na verdade como se não se fosse
196 um Abono – porque se passou seis anos -, nós não podemos dizer: inclui. Nós temos que pedir aquela
197 posição: o prejudicado socorra ao judiciário, socorra administrativamente, mas nós por decisão já
198 sufragada, dessa posição já temos sedimentada – o Conselheiro Aloisio Chaves deve lembrar disso. Uma
199 posição sedimentada da antiga composição do Plenário, de que caberia a nós tão somente aportarmos o
200 registro ou não registro das portarias de aposentadoria com base na decisão do Supremo". Na sequência,
201 a Conselheira Mara Lúcia solicitou a palavra para: "Senhor Presidente, já que Vossa Excelência fez a
202 colocação da questão da inclusão que nós não poderíamos. À época, que eu recomendei, e eu recomendei
203 também me respaldando num posicionamento do STF, num Mandato de Segurança 21.466 do Distrito
204 Federal, Ministro Carlos de Melo, que eu falei em várias manifestações, em vários votos meus com relação
205 a se evitar uma medida radical, isso foi colocado nesse voto do Ministro, e daí eu trouxe essa posição, para
206 evitar, e utilizei várias palavras do Ministro: 'Medida radical de negativa de registro, converto o julgamento
207 em diligência para que o Instituto edite novo ato concessivo dando a integralidade dos proventos'.



208 *Considerando tudo o que foi dito antes, seria uma gratificação de caráter genérico concedida a todos os*
209 *servidores. Estou posicionando como foi meu voto, foi convertendo em diligência, utilizando inclusive uma*
210 *posição do Supremo, que foi da onde eu tirei este voto, que evitando uma medida radical de negar logo o*
211 *registro, eu fiz esse voto convertendo em diligência. Agora se trata de outra situação, só temos que votar e*
212 *decidir, então só quero esclarecer". Em resposta, o Conselheiro Daniel assim se manifestou: "Vossa*
213 *Excelência, só converteu em diligência, me perdoe..."*. Em continuidade, a Conselheira Mara Lúcia
214 retomou a palavra: *"Inclusive há vários votos meus da época, com relação a essas inclusões de*
215 *gratificações que só pelo título Abono, mas sim da forma como foi feito. Um Decreto Municipal estendendo*
216 *a todos os servidores com caráter genérico, tendo decisões que estão todas aqui citadas no meu voto, eu*
217 *considere que deveria ser incluso, não só por ser caráter temporário, ser Abono. Eu dei todas essas*
218 *explicativas". Na sequência, o Conselheiro Sérgio Leão solicitou a palavra para: "Eu só queria fazer*
219 *uma colocação aqui, sob o ponto de vista previdenciário. Na realidade vários governos usam o Abono como*
220 *uma forma de complementar salário e utiliza da foma Abono porque não há recolhimento previdenciário*
221 *sob essa parcela. Então no momento que não há recolhimento previdenciário sob essa parcela, na hora*
222 *que se por acaso nós decidirmos por agregar essa parcela à remuneração para fins de aposentadoria, nós*
223 *estamos desequilibrando o fundo, se houver um funfo previdenciário de sustentação para os pensionistas e*
224 *aposentados. Na realidade, no Governo do Estado, eu passei por um processo semelhante a esse, quando*
225 *o governo por uma questão de limites de gasto de pessoal - há vários anos atrás - criou um Abono que*
226 *perdurou por muitos anos na remuneração não previdenciária, não com incidência previdenciária dos*
227 *servidores, e que virou inclusive depois um ponto de demanda dos Sindicatos, que era fazer com que esse*
228 *Abono fosse incorporado ao salário, e foi feito assim. Esse Abono que durante muitos anos foi pago como*
229 *Abono, depois foi parcelada, e a cada ano, foi sendo incorporada ao salário, até ele sumir como Abono no*
230 *pagamento da remuneração de cada servidor. E isso aconteceu no Governo do Estado do Pará. Não houve*
231 *definição de tempo, se era quatro anos, se era seis anos, isso descaracteriza a questão de ser um Abono, e*
232 *de ser uma parcela que não há incidência previdenciária em cima dessa parcela. Então, eu chamo atenção,*
233 *pois nós estamos realizando um estudo previdenciário sobre os Institutos, e eu estou profundamente*
234 *assustado, com as condições dos nossos sistemas de Institutos Previdenciários. Cada vez que há um*
235 *concessão de benefício sem a contrapartida da contribuição, cada vez mais os fundos de pensão se tornam*
236 *inviáveis, se tornam economicamente, financeiramente insolúveis, é o que está acontecendo. Então é mais*
237 *um alerta para nós, no sentido de caracterizar bastante os benefícios que têm incidência previdenciária, no*
238 *momento em que há a concessão do benefício da aposentadoria, ou da pensão para o servidor público".*
239 Em seguida, o Conselheiro Daniel Lavareda solicitou a palavra para: *"Conselheiro Sérgio Leão me*
240 *permita uma parte, eu aprendi agora com Vossa Excelência. Eu só discordo de Vossa Excelência no que diz*
241 *respeito ao que o Abono não tem tempo para ser pago, para mim, Abono que dura sete anos é fraude*
242 *previdenciária. Então deixa de ser Abono, para ser fraude previdenciária da parte do empregador, para mim*
243 *a fraude está caracterizada, o que nós devemos responsabilizar o Ordenador, e não dizer que ainda se*
244 *caracteriza como Abono. Para mim, o caso em questão, foi por aí, houve uma fraude previdenciária, já*
245 *havia intenção do Ordenador de Despesas, de dar uma gratificação mas de qualquer forma, mas que não*
246 *cabe a nós".* Em resposta, o Conselheiro Sérgio Leão assim se manifestou: *"Só aí nós temos que ver*
247 *o seguinte: lá a própria Conselheira Mara Lúcia coloca que foi um acordo entre o governo e os sindicatos.*
248 *Esse Abono ele não é unilateralmente definido pelo governo, há um acordo. Como eu não tenho condições*
249 *de dar um aumento salarial, porque eu estou no meu limite, eu sento na mesa com os sindicatos e há uma*



250 concordância em você pagar uma parcela, que não seja inclusa como salário, ele é pago separadamente,
251 sem incidência previdenciária em cima dessa parcela. Então não é uma coisa ilegal. No momento que há
252 incidência, não é Abono para mim". Na sequência, o Conselheiro Daniel Lavareda, assim se
253 manifestou: "Quando há o discórdio, eu concordo com Vossa Excelência. E o discórdio ele que ser renovado
254 anualmente, e as partes estabelecer ano a ano, que aquele Abono permanece, mas não me parece que foi
255 esse o caso". Em resposta, a Conselheira Mara Lúcia, assim se manifestou: "Foi um acordo coletivo".
256 Em seguida, o Conselheiro Daniel Lavareda fez uso para palavra para: "Eu acho assim, que pelo
257 tempo, independentemente do da posição dos Conselheiros, nós temos que homologar da maneira que veio.
258 Ao que me parece que é esta. Não que ela não seja proveitosa do ponto de vista do conhecimento, mas
259 ela fica estéril diante do ponto de vista do julgamento diante do tempo em que se passou o ato. Então eu
260 vou colher os votos". **Em votação:** Na Sessão do dia 03.02.2011, os Conselheiros Alcides
261 Alcantara, Rosa Hage e José Carlos Araújo decidiram por aguardar a manifestação do Voto de
262 Vista. Na presente Sessão, os Conselheiros Daniel Lavareda, Cezar Colares, Antonio José
263 Guimarães e Sérgio Leão, bem como o Conselheiro Substituto Sérgio Dantas, consideraram-se
264 aptos a votar, e acompanharam o Voto de Vista proferido pelo Conselheiro Aloisio Chaves, pelo
265 registro da referida Portaria nos termos em que fora remetida este Tribunal. Presidência
266 proclamou a **Decisão:** O Plenário **por maioria**, decidiu pelo registro da portaria, nos termos do
267 Voto de Vista do Conselheiro Aloisio Chaves. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a
268 necessidade de realização de diligência para revisar os proventos da referida Pensão (Acórdão nº
269 31.851). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 200908514-00; Instituto**
270 **de Previdência e Assistência do Município - IPAMB de Belém; Pensão de 2009; VOTO**
271 **VISTA – Portaria n.º 483, de 18/05/2009, que concede pensão à Acylino Orguen de Oliveira;**
272 **Interessado: Luiz Octávio Cunha – Presidente; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame**
273 **da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho - Pedido de Vista na Sessão do dia**
274 **03.02.2011 – Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 258 de 09/02/2018.**
275 Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Aloisio Chaves apresentou seu **Voto Vista:**
276 "Tratam os autos do pedido de registro da Portaria n.º 483/GAB/IPAMB, de 18/05/2009, fls. 36, concessiva
277 de pensão por morte, ao Sr. Acylino Orguen de Oliveira, companheiro da servidora inativa Maria Soares
278 Pires, falecida em 04/02/2008, com proventos fixados no valor de R\$-581,25, assim discriminados:
279 Vencimento R\$465,00 Adicional por tempo de serviço – Triênio (25%) R\$116,25 Total dos Proventos
280 R\$581,25 Conforme documentos anexados aos autos, a Sra. Maria Soares Pires era servidora da SEMEC e
281 teve sua aposentadoria deferida pela Portaria n.º 1.437, de 13/06/1995, no cargo de Agente de Portaria,
282 com provento mensal de R\$-125,00, assim discriminados: Vencimento R\$100,00 Adicional por tempo de
283 serviço (25%) R\$25,00 Total dos Proventos R\$125,00 Em Parecer de n.º 719/2009, fls. 45/46, a
284 DIAPE/Assessoria Jurídica opinou pelo registro da Portaria n.º 483/2009, uma vez que atendidos os
285 requisitos dispostos no art. 40, § 7º, I da CF/1988, com redação dada pela EC n.º 41/2003. O Ministério
286 Público, em parecer de fls. 60, também opinou pelo registro da Portaria n.º 483/2009, sob a constatação
287 de que o ato encontra-se devidamente instruído, com os seus dispositivos legais e cálculos dos proventos
288 exatos. Em Sessão Plenária realizada em 05/12/2009, a Conselheira Relatora Mara Lúcia Barbalho da Cruz,
289 proferiu voto pela conversão do julgamento do processo em diligência, a fim de que fosse esclarecido pelo
290 Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém, qual a natureza da parcela denominada



321 *'Abono', pois verificou que na data do óbito, conforme contracheque de fls. 07, os proventos da aposentada*
322 *falecida era composto de Vencimento-Base, que na concessão do benefício foi atualizado, Triênio (25%) e*
323 *parcela "Abono" no valor de R\$-33,60, que não foi incluída na base de cálculo dos proventos de pensão. O*
324 *referido Instituto, esclareceu através do Parecer Jurídico n.º 404/2010, fls. 81/96, em suma que "o Abono*
325 *em comento foi concedido aos servidores públicos municipais da Administração Direta, Indireta, Autárquica*
326 *e Fundacional a partir de 2000, nos termos do Decreto Municipal n.º 36.748, de 23/05/2000, oriundo de*
327 *acordo coletivo celebrado entre a Prefeitura Municipal de Belém e os Sindicatos representantes dos*
328 *servidores públicos municipais" e que "sendo o Abono uma parcela temporária, não integrante da*
329 *remuneração do cargo efetivo e uma vez descabida a incidência de contribuição previdenciária sobre a*
330 *mesma, resta inviabilizada sua extensão ao estipêndio das pensões por morte". Em nova manifestação às*
331 *fls. 95, o Ministério Público ratificou seu parecer anterior, opinando pelo registro da Portaria n.º 483/2009.*
332 *Em Sessão Plenária de 03/02/2011, a Nobre relatora, trazendo à colação jurisprudência do STF, Tribunal de*
333 *Justiça de Minas Gerais e Pará, posicionou-se mais uma vez, pela conversão do julgamento em diligência*
334 *"para que o Instituto Previdenciário edite novo ato concessivo de pensão, com fulcro no artigo 40, § 7º,*
335 *inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, ao Sr. Acylino*
336 *Orguem de Oliveira, devendo incluir no provento a parcela denominada Abono, no valor de R\$-33,60",*
337 *asseverando ainda, como fatos decisivos, as seguintes considerações: 1. A gratificação denominada "abono*
338 *pecuniário" foi concedida aos servidores públicos municipais da Administração Direta, Indireta, Autárquica e*
339 *Fundacional, pelo Decreto n.º 36.748, de 23/05/2000, integrantes das categorias funcionais dos grupos de*
340 *auxiliar de nível médio e superior, magistério, guarda municipal e outros, dentre os quais se enquadra a*
341 *servidora falecida, que exercia o cargo de "Agente de Portaria"; 2. A vantagem foi extensiva, em regra, a*
342 *todos os servidores das categorias funcionais acima apontadas, e a ex-servidora a perceberia se fosse viva*
343 *e estivesse em atividade; 3. Não há como se considerar a parcela "abono pecuniário" como temporária ou*
344 *transitória, apesar da nomenclatura, haja vista que a referida vantagem vinha sendo efetivamente paga à*
345 *servidora falecida há mais de 08 (oito) anos; 4. O entendimento dominante na jurisprudência pátria é no*
346 *sentido de que o benefício da pensão por morte deve corresponder à totalidade dos vencimentos ou*
347 *proventos do servidor falecido, caso estivesse vivo, tendo em vista a auto-aplicabilidade do artigo 40, § 7º,*
348 *incisos I da Constituição Federal, com redação pela Emenda Constitucional n.º 41/2003. Propôs por fim,*
349 *que esta Corte de Contas recomendasse ao Instituto Previdenciário Municipal que apurasse,*
350 *administrativamente, o direito do pensionista de receber valores referentes à gratificação em comento a*
351 *partir da data em que foi excluída do benefício previdenciário, com correção e atualização monetária. Pedi*
352 *vistas dos autos para melhor posicionamento."* A matéria foi colocada **em discussão. Em votação:**
353 Na Sessão do dia 03.02.2011, os Conselheiros Alcides Alcantara, Rosa Hage e José Carlos Araújo
354 decidiram por aguardar a manifestação do Voto de Vista. Na presente Sessão, os Conselheiros
355 Daniel Lavareda, Cezar Colares, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, bem como o Conselheiro
356 Substituto Sérgio Dantas, consideraram-se aptos a votar, e acompanharam o Voto de Vista
357 proferido pelo Conselheiro Aloisio Chaves, pelo registro da referida Portaria nos termos em que
358 fora remetida este Tribunal. Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário **por maioria**, decidiu
359 pelo registro da portaria, nos termos do Voto de Vista do Conselheiro Aloisio Chaves. Vencida a
360 Conselheira Mara Lúcia quanto a necessidade de realização de diligência para revisar os
361 proventos da referida Pensão (Acórdão nº 31.852). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.
362 **Processo nº 722032014-00; Fundo Municipal de Saúde de Santarém-Novo; Tomada de**



333 **Contas de 2014;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Sei Ohaze; Instrução: 5ª
334 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro
335 Substituto Sérgio Dantas Redistribuído por delegação do Conselheiro Daniel Lavareda de acordo
336 com a Resolução nº 07/2017; **Publicado no DOE nº 258 de 09/02/2018.** Cumprindo
337 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
338 se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro
339 Substituto apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Originário. **Em**
340 **votação:** A Conselheira Mara Lúcia, os Conselheiros Cezar Colares, Antonio José Guimarães e
341 Sérgio Leão, bem como a Conselheira Substituta Adriana Oliveira, acompanharam o Relator na
342 íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
343 irregularidade das contas, com aplicação de multas, e emissão de medida cautelar de
344 indisponibilidade de bens pelo período de um ano (Acórdão nº 31.853 e Acórdão nº 31.854).
345 Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201704968-00; Prefeitura Municipal**
346 **de São Domingos do Capim; TAG de 2017;** TAG Nº 154/17; Responsável: Paulo Elson da
347 Silva e Silva; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro
348 Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 258 de 09/02/2018.** Cumprindo dispositivo
349 regimental, o Conselheiro Relator submeteu a homologação do Pleno o Termo de Ajuste de
350 Gestão – TAG, conforme dispõe o Artigo 154, do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em**
351 **discussão. Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Cezar
352 Colares e Sérgio Leão, bem como o Conselheiro Substituto Sérgio Dantas, acompanharam o
353 Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
354 pelo cumprimento do TAG, e anexação à prestação de contas (Resolução nº 13.686). Presidência
355 do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201704961-00; Prefeitura Municipal de**
356 **Marituba; TAG de 2017;** Termo de Ajustamento de Gestão nº 142/2017; Responsável: Mario
357 Henrique de Lima Biscaro; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:
358 Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 258 de 09/02/2018.** Cumprindo
359 dispositivo regimental, o Conselheiro Relator submeteu a homologação do Pleno o Termo de
360 Ajuste de Gestão – TAG, conforme dispõe o Artigo 154, do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em**
361 **discussão. Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Cezar
362 Colares e Sérgio Leão, bem como o Conselheiro Substituto Sérgio Dantas, acompanharam o
363 Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
364 pelo cumprimento do TAG, e anexação à prestação de contas (Resolução nº 13.687). Presidência
365 do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201800556-00; Instituto de Previdência do**
366 **Município de Muaná; Juízo de Admissibilidade de 2017;** Representação; Responsável:
367 Maria de Nazaré da Silva Reis; Instrução: 5ª Controladoria; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio
368 Dantas Redistribuído por delegação do Conselheiro Daniel Lavareda de acordo com a Resolução
369 nº 07/2017; **Publicado no DOE nº 258 de 09/02/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o
370 Conselheiro Relator deu conhecimento ao Plenário da admissibilidade da Denúncia, nos termos do
371 § 2º do Art. 292 do RI/TCM/PA. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Substituto



372 apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Originário. **Em votação:** Os
373 Conselheiros Aloisio Chaves, Mara Lúcia, Cezar Colares, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão,
374 bem como a Conselheira Substituta Adriana Oliveira, acompanharam o Relator na íntegra. A
375 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela admissibilidade da
376 denúncia (Acórdão nº 31.855). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº**
377 **960012009-00; Prefeitura Municipal de Ourilândia do Norte; Prestação de Contas de**
378 **2009;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Romildo Veloso e Silva; Instrução: 6ª
379 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio
380 Chaves; Advogado/Contador: Mauro Lino José de Sousa – CRC - PA 14997; **Publicado no DOE**
381 **nº 258 de 09/02/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
382 posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada
383 **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** **Em votação:** A Conselheira Mara
384 Lúcia, os Conselheiros Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, bem como os Conselheiros
385 Substitutos Sérgio Dantas e Adriana Oliveira, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência
386 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com
387 ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 31.856). Presidência da Conselheira Mara Lúcia.
388 **Processo nº 960012009-00; Prefeitura Municipal de Ourilândia do Norte; Prestação de**
389 **Contas de 2009;** Contas Anuais de Governo; Responsável: Romildo Veloso e Silva; Instrução: 6ª
390 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio
391 Chaves; Advogado/Contador: Mauro Lino José de Sousa – CRC - PA 14997; **Publicado no DOE**
392 **nº 258 de 09/02/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
393 posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela regularidade das
394 contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** **Em**
395 **votação:** A Conselheira Mara Lúcia, os Conselheiros Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, bem
396 como os Conselheiros Substitutos Sérgio Dantas e Adriana Oliveira, acompanharam o Relator na
397 íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão
398 de parecer prévio pela regularidade das contas (Resolução nº 13.688). Presidência da Conselheira
399 Mara Lúcia. **Processo nº 1100012005-00; Prefeitura Municipal de Brasil Novo;**
400 **Prestação de Contas de 2005;** Contas Anuais; Responsável: José Carlos Caetano; Instrução:
401 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro
402 Cezar Colares; Advogado/Contador: Anfrísio Augusto Nery da C. Nunes; **Publicado no DOE nº**
403 **258 de 09/02/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público retificou seu
404 posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela regularidade das
405 contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu
406 **VOTO.** **Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Antonio José
407 Guimarães e Sérgio Leão, bem como a Conselheira Substituta Adriana Oliveira, acompanharam o
408 Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
409 pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas, com ressalvas (Resolução nº
410 13.689). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 640012008-00; Prefeitura**



411 **Municipal de Rondon do Pará; Prestação de Contas de 2008;** Contas Anuais de Gestão;
412 Responsável: Edílson Oliveira Pereira; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora
413 Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 258 de**
414 **09/02/2018.** Retirado de Pauta. **Processo nº 640012008-00; Prefeitura Municipal de**
415 **Rondon do Pará; Prestação de Contas de 2008;** Contas Anuais de Governo; Responsável:
416 Edílson Oliveira Pereira; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez
417 Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 258 de 09/02/2018.**
418 Retirado de Pauta. **Processo nº 630012012-00; Prefeitura Municipal de Rio Maria;**
419 **Prestação de Contas de 2012;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Walter José da Silva -
420 Prefeito Municipal; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria
421 Regina Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas Redistribuído do Gabinete do
422 Conselheiro Aloísio Chaves (Resolução nº 10.249/2011); Advogado/Contador: Marcelo Alves dos
423 Santos; **Publicado no DOE nº 258 de 09/02/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o
424 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das
425 contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Substituto apresentou sua proposta
426 de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Originário. **Em votação:** A Conselheira Mara Lúcia, os
427 Conselheiros Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, bem como a Conselheira Substituta Adriana
428 Oliveira, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à
429 **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas
430 (Acórdão nº 31.857). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 630012012-00;**
431 **Prefeitura Municipal de Rio Maria; Prestação de Contas de 2012;** Contas Anuais de
432 Governo; Responsável: Walter José da Silva - Prefeito Municipal; Instrução: 6ª Controladoria;
433 Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio
434 Dantas Redistribuído do Gabinete do Conselheiro Aloísio Chave (Resolução nº 10.249/2011)
435 Advogado/Contador: Marcelo Alves dos Santos; **Publicado no DOE nº 258 de 09/02/2018.**
436 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
437 manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas. A matéria foi
438 colocada **em discussão**. O Conselheiro Substituto apresentou sua proposta de **Decisão**,
439 ratificada pelo Conselheiro Originário. **Em votação:** A Conselheira Mara Lúcia, os Conselheiros
440 Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, bem como a Conselheira Substituta Adriana Oliveira,
441 acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à
442 **unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas (Resolução
443 nº 13.690). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 370012012-00; Prefeitura**
444 **Municipal de Itupiranga; Prestação de Contas de 2012;** Contas Anuais de Gestão;
445 Responsável: Benjamin Tasca; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria
446 Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas Redistribuído por delegação do
447 Conselheiro Daniel Lavareda de acordo com a Resolução nº 07/2017; **Publicado no DOE nº**
448 **258 de 09/02/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
449 posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada



450 **em discussão.** O Conselheiro Substituto apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo
451 Conselheiro Originário. **Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Mara Lúcia, Cezar Colares,
452 Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, bem como a Conselheira Substituta Adriana Oliveira,
453 acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
454 **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas
455 (Acórdão nº 31.858). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 370012012-00;**
456 **Prefeitura Municipal de Itupiranga; Prestação de Contas de 2012;** Contas Anuais de
457 Governo; Responsável: Benjamin Tasca; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público:
458 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas Redistribuído por
459 delegação do Conselheiro Daniel Lavareda de acordo com a Resolução nº 07/2017; **Publicado**
460 **no DOE nº 258 de 09/02/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
461 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela
462 regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Substituto
463 apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Originário. **Em votação:** Os
464 Conselheiros Aloisio Chaves, Mara Lúcia, Cezar Colares, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão,
465 bem como a Conselheira Substituta Adriana Oliveira, acompanharam o Relator na íntegra. A
466 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer
467 prévio pela regularidade das contas (Resolução nº 13.691). Presidência da Conselheira Mara
468 Lúcia. **Processo nº 1062542011-00; Fundo Municipal de Saúde de Uruará; Prestação**
469 **de Contas de 2011;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Suraia Patrícia Ordones; Instrução:
470 Controladoria Regional de Santarém / 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral
471 Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho; **Publicado no DOE nº 258 de**
472 **09/02/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
473 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com encaminhamento
474 de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** A
475 Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** **Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel
476 Lavareda, Cezar Colares, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, bem como a Conselheira
477 Substituta Adriana Oliveira, acompanharam a Relatora na íntegra. A Presidência proclamou a
478 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de
479 multas, e o encaminhamento de cópias dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº
480 31.859). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1350022012-00; Câmara**
481 **Municipal de Curuá; Prestação de Contas de 2012;** Contas Anuais de Gestão; Responsável:
482 Givanildo Picanço Marinho; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria
483 Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho; **Publicado no DOE nº 258 de**
484 **09/02/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
485 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada
486 **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** **Em votação:** Os Conselheiros Aloisio
487 Chaves, Daniel Lavareda, Cezar Colares, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, bem como a
488 Conselheira conta Adriana Oliveira, acompanharam a Relatora na íntegra. A Presidência



proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 31.860). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 141972010-00; FUMBEL de Belém; Prestação de Contas de 2010;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Raimundo Pinheiro dos Santos (01/01 a 31/03 e 18/10 a 31/12); Reynaldo A. dos Reis Soares (01/04 a 08/08); Francileno Lima Mendes (09/08 a 17/10).; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contadora: Maria Nilze Pinheiro; **Publicado no DOE nº 258 de 09/02/2018.** Retirado de Pauta. **Processo nº 1272152010-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Trairão; Prestação de Contas de 2010;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Cláudia Maria Costa Leal; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 258 de 09/02/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO. Em votação:** A Conselheira Mara Lúcia, os Conselheiros Cezar Colares, Antonio José Guimarães, bem como os Conselheiros Substitutos Sérgio Dantas e Adriana Oliveira, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 31.861). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 1272162012-00; Fundo Municipal de Educação de Trairão; Prestação de Contas de 2012;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Maria Regina Pirez; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Advogado/Contadora: Jaimilly Quintero Salomão CRC/PA 11.341/O-7; **Publicado no DOE nº 258 de 09/02/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Cezar Colares e Antonio José Guimarães, bem como a Conselheira Substituta Adriana Oliveira, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 31.862). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 524932013-00; FUNDEB de Oeiras do Pará; Prestação de Contas de 2013;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Maria Domingas da Silva Rodrigues; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Advogado/Contador: Maria do Socorro Pinto Alves Batista – CRC/PA – 013125/0-1; **Publicado no DOE nº 258 de 09/02/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Cezar Colares e Antonio José Guimarães, bem como a Conselheira



528 Substituta Adriana Oliveira, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a
529 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de
530 multas, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº
531 31.863). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 524942013-00; Fundo**
532 **Municipal de Educação de Oeiras do Pará; Prestação de Contas de 2013; Contas Anuais**
533 **de Gestão; Responsável: Maria Domingas da Silva Rodrigues; Instrução: 1ª Controladoria;**
534 **Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão;**
535 **Publicado no DOE nº 258 de 09/02/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
536 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, e
537 o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em**
538 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros Aloisio
539 Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Cezar Colares e Antonio José Guimarães, bem como a
540 Conselheira Substituta Adriana Oliveira, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência
541 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com
542 aplicação de multas, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual
543 (Acórdão nº 31.864). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 33972014-00;**
544 **Fundo Municipal de Assistência Social de Afuá; Prestação de Contas de 2014; Contas**
545 **Anuais de Gestão; Responsável: Ronald de Sousa Nobre; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério**
546 **Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no**
547 **DOE nº 258 de 09/02/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
548 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi
549 colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO. Em votação:** Os
550 Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Cezar Colares e Antonio José
551 Guimarães, bem como a Conselheira Substituta Adriana Oliveira, acompanharam o Relator na
552 íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
553 regularidade das contas, com expedição do competente Alvará de Quitação (Acórdão nº 31.865).
554 Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 524932014-00; FUNDEB de Oeiras**
555 **do Pará; Prestação de Contas de 2014; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Maria**
556 **Domingas da Silva Rodrigues (01/01 a 30/06) e Maria Rosângela Pureza Tenório (01/07 a 31/12);**
557 **Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Gera Maria Regina Cunha; Relator:**
558 **Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 258 de 09/02/2018.** Cumprindo dispositivo
559 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
560 regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu
561 seu **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros Aloisio Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Cezar
562 Colares, Antonio José Guimarães, bem como o Conselheiro Substituto Sérgio Dantas,
563 acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
564 **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas
565 (Acórdão nº 31.866). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **MATÉRIA**
566 **ADMINISTRATIVA:** O Conselheiro Presidente, Daniel Lavareda, cedeu a palavra à Procuradora



567 Elisabeth Salame da Silva que assim o fez: "**Processo nº 201702304-00** – que trata da
568 *Tomada de Contas Especial*, cujo objeto versa sobre o Convênio celebrado entre o município de
569 *Marabá e o Cartório 2º Ofício do Município da Comarca de Marabá*, para emissão da primeira via
570 *de registro civil de nascimento*. O titular da delegação estatal do tabelionato apresentou defesa
571 *administrativa*, não tendo contudo o prefeito de Marabá apesar de regularmente citado,
572 *apresentado sua defesa*. A 5ª Controladoria firmou o entendimento de que não houve prestação
573 *de contas do aludido pacto*, responsabilizando as partes convenientes pelo valor conveniado. Em
574 *07.02.2018*, o Sr. Alberto Santis Filho, titular do Cartório 2º Ofício protocolou no MP/TCM-PA,
575 *petitório que formou processo 23362018-00*, juntando extensa documentação constante de
576 *emissão de primeira via de registro civil*, incluindo o nome da criança, da respectiva genitora e
577 *hospital do nascimento*, dentre outras informações. Com efeito, considerando que o Convênio foi
578 *pactuado de 06.04.2010*, a relevância dos serviços prestados, diante da delegação estatal que
579 *encontra-se revestido o tabelionato prestador de serviço*, da apresentação de defesa pelo
580 *cartório*, e pela juntada de nova documentação. Ainda que a destempo, mas com a razoabilidade,
581 *haja vista ter apresentado defesa em 17.06.2017*. Requeiro na forma regimental indicada, a
582 *reabertura da instrução processual*, pelos fundamentos expostos. Belém, quinze de fevereiro de
583 *dois mil e dezoito*. Eu quero adiantar aos Senhores, que eu havia conversado previamente, tanto
584 *com o Conselheiro Substituto*, quanto com a Controladora, e aqui em Plenário com o Conselheiro
585 *Daniel Lavareda sobre essa situação*, porque eu entendo que é um serviço relevante que o
586 *Cartório prestou*, e ele comprovou. Na realidade, está tudo comprovado, ele só não tinha como...
587 *ele queria trazer a cópia dos livros de registro*. Quando ele veio conversar comigo, eu disse que
588 *era muito complicado*, como é que eu ia juntar cópia de livro de registro de não sei quantos mil
589 *nascimentos*? Então o Cartório, parece que contratou alguma coisa para sintetizar isso, e veio a
590 *lista*, e aqui no processo está tudo. Ele juntou todos os nascimentos, nomes das crianças, dos
591 *pais e o hospital onde foi feito o registro*. E eu achei pertinente, que deveria receber. Como a
592 *instrução aqui...* quando eu junto um documento, lá no Ministério Público, eu normalmente entro
593 *em contato com o Controlador e Conselheiro Relator*, para não haver problema. E este aqui eu
594 *achei pertinente*, de que eu deveria aceitar a documentação. Eu solicito à Vossas Excelências de
595 *que concedam a reabertura*". Em seguida, o Conselheiro Daniel Lavareda, solicitou a palavra para
596 *manifestar-se sobre o tema*: "Na realidade, eu como presidente da instrução do processo, o
597 *mesmo foi instruído*, não foi julgado ainda, não tá em fase de recurso. Portanto, cabe a
598 *reabertura da instrução*. O Ministério Público não pode juntar, se o Conselheiro não pode, o
599 *Ministério Público também não pode*, tem que haver um pedido de autorização do Plenário para a
600 *juntada dos documentos*, foi assim que eu disse para a nobre Procuradora, que o fizesse. Se ela
601 *acha que depois de verificar a documentação*, e que isso pode vir a sanar irregularidade. Sem
602 *entrar no mérito*, eu não tenho nada a opor a juntada da documentação, para um análise
603 *novamente da Controladoria com relação a isso*. Eu consulto o Plenário se pode ser reaberta a
604 *instrução do processo*". Na sequência, o Conselheiro Aloisio Chaves solicitou a palavra para:
605 *"Nada contra. Por que não foi feita pela via ordinária? Houve alguma negativa do Relator? O*



606 *Relator foi procurado?“. Em resposta, o Conselheiro Daniel assim se manifestou: “Eu acho que o*
607 *Conselheiro Sérgio Dantas que está na instrução do processo pode explicar melhor, ele me*
608 *procurou, e eu disse assim: enquanto estiver na Presidência, toda a instrução do processo é feita*
609 *pelo Gabinete do Conselheiro Substituto Sérgio Dantas, então este pode esclarecer melhor esse*
610 *fato“. Em seguida, o Conselheiro Substituto Sérgio Dantas fez uso da palavra para: “É, eu não fui*
611 *procurado. No caso, o dono do Cartório, entendia que não tinha que prestar contas ao Tribunal,*
612 *então foi esclarecido que ele recebeu recursos públicos e ele tinha que prestar contas. Ele levou*
613 *a documentação ao MP/TCM-PA. Ele foi citado, e não apresentou a documentação na época“. A*
614 *fim de maiores esclarecimentos, o Conselheiro Aloisio Chaves questionou se o referido Ordenador*
615 *do Cartório não havia procurado o Tribunal antes de procurar o Ministério Público. Em resposta, o*
616 *Conselheiro Daniel Lavareda explicou o ocorrido: “É importante destacar o histórico deste*
617 *processo, é um convênio no qual o Ordenador do Cartório de Marabá foi citado apara apresentar*
618 *a prestação de contas do repasse desses valores de convênio que eram destinados a expedir*
619 *certidões, de nascimento, de óbito, gratuitamente à população local. Ele não prestou contas, onde*
620 *foi aberto uma tomada de contas. Citado, ele também não prestou contas, quando o processo*
621 *vinha a julgamento, ele me procurou, eu já na qualidade de presidente do Tribunal, explicou os*
622 *motivos do porque ele não tinha entregue a prestação de contas, então eu disse que quando ele*
623 *tivesse a documentação, ele viesse ao Plenário para justificar. E inclusive não pedir uma*
624 *reabertura, mas que ele esclarecesse na hora do julgamento em plenário, e mostrasse a*
625 *documentação que ele dizia ter, e que pedisse na sua defesa - que eu iria colocar esta matéria*
626 *em discussão do Pleno para ver este aceitava. Ele disse que tudo bem, saiu de lá me*
627 *agradecendo, então eu encaminhei o processo para o Ministério Público. E lá no Ministério*
628 *Público, ele sabendo que o processo estava lá, o mesmo pode ingressar ou pedir também*
629 *Reabertura da Instrução – regimentalmente. Ele deu entrada com a documentação, e o Ministério*
630 *Público está aqui expondo ao Pleno sobre este fato. Esse é o resumo dos fatos que ocorreram*
631 *com relação à instrução desse processo“. A matéria foi colocada* **em discussão. Em votação:**
632 **Os Conselheiros Aloisio Chaves, Mara Lúcia, Cezar Colares, Antonio José Guimarães e Sérgio**
633 **Leão, acompanharam a solicitação apresentada pelo Ministério Público Junto ao TCM/PA. O**
634 **Plenário à unanimidade,** decidiu pela Reabertura de Instrução do Processo nº 201702304-00 de
635 **Origem da Prefeitura Municipal de Marabá. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO**
636 **MINISTÉRIO PÚBLICO:** O Conselheiro Daniel Lavareda fez uso da palavra para solicitar aos
637 Conselheiros o aval do Pleno, para o gozo do seu saldo de férias. E na oportunidade, comunicou
638 que o Conselheiro Aloisio Chaves irá se ausentar na segunda-feira para tratar de assuntos junto a
639 ATRICON. **ENCERRADA** a presente Sessão, às onze horas e trinta minutos da qual foi lavrada a
640 presente Ata.
641 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em quinze de fevereiro
642 de dois mil e dezoito.
643 Ata aprovada em Sessão Ordinária nº 018/2018, em vinte e dois de março de dois mil e dezoito.
644 Visto:



Luis Daniel Lavareda Reis Junior
Conselheiro / Presidente / Presidente da Sessão

Mara Lúcia Barbalho da Cruz
Conselheira / Vice-Presidente / Presidente da Sessão

Sebastião Cezar Leão Colares
Conselheiro / Presidente da Sessão

Jorge Antônio Cajango Pereira
Secretário Geral